

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de
Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 7– Número 0407 – 12/05 à 16/05/2025

CBIC

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[MTE prorroga gestão dos riscos psicossociais para maio de 2026](#)

Revista Proteção - 16/05/2025

O Ministério do Trabalho publicou hoje, sexta-feira, 16, no Diário Oficial da União a Portaria 765 prorrogando o início da vigência da nova redação do capítulo 1.5 da NR 1 por um ano. É neste capítulo, que trata do GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais) que foram incluídos de modo expresse os riscos psicossociais.

Aprovada pela Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, a última previsão era de que o item 1.5 entraria em vigor no dia 26 de maio próximo, embora a fiscalização fosse ter apenas caráter educativo e orientativo. A garantia foi dada pelo ministro do Trabalho Luiz Marinho, em reunião e depois por meio de vídeo gravado junto com as confederações de empresas e centrais sindicais. Ou seja, na fala do ministro Marinho, empresas não poderiam ser autuadas e multadas pelo período de um ano, mesmo que a nova NR 1 entrasse em vigor.

Porém, a decisão anunciada não foi cumprida culminando com a publicação da prorrogação. O motivo para a mudança de conduta por parte do MTE é que do ponto de vista legal não é possível efetuar fiscalização apenas orientativa de uma norma regulamentadora por mais de 90 dias.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Análise no STF sobre papel do MPT em contratos entre sindicatos e advogados é suspensa](#)

Supremo Tribunal Federal - 15/05/2025

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, nesta quinta-feira (15), a discussão sobre o papel do Ministério Público do Trabalho (MPT) em acordos com compromissos de irregularidades sobre honorários firmados entre sindicatos e advogados contratados para defesa de ações coletivas. O tema é objeto de recurso (embargos de declaração) na Ação Originária (AO) 2417.

[TST fixará jurisprudência em 29 novos temas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/05/2025

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) fixará, nessa sexta-feira (16), em plenário virtual, 19 novas teses jurídicas de caráter vinculante por meio do procedimento de reafirmação de jurisprudência. As matérias tratadas já estavam pacificadas, ou seja, não há divergências entre as Turmas e a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), o que permitiu sua submissão ao rito dos recursos repetitivos para consolidação das teses.

[Empresa é condenada por violência de gênero contra operadora de caixa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/05/2025

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa de móveis de Brasília (DF) a indenizar em R\$12 mil por danos morais e sexuais uma operadora de caixa vítima de violência de gênero no ambiente de trabalho pelo gerente da empresa. Situações de assédio, agressão física e xingamentos levaram o colegiado a concluir pelo dever de indenizar.

[Inscrições abertas para o 3º Seminário Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/05/2025

Estão abertas as inscrições para o “3º Seminário Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista”. O evento será realizado nos dias 9 e 10 de junho, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. O evento é organizado pela Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). Participe. [Inscriva-se!](#)

[Farmacêutica que manipulava quimioterápicos será indenizada após ter câncer de mama](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/05/2025

A Associação das Pioneiras Sociais - Rede Sarah foi condenada pela Justiça do Trabalho a indenizar uma farmacêutica de Brasília que trabalhava na manipulação de medicamentos quimioterápicos e desenvolveu câncer de mama. Diante da constatação de que o trabalho atuou como causa concorrente para a doença, ao lado das condições pessoais da trabalhadora, a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho ajustou os valores da condenação, levando em conta, ainda, a natureza da instituição, que não tem fins lucrativos nem receita própria.

[Recurso de revista é inválido contra decisão que estabeleceu tese em incidente de resolução de demandas repetitivas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/05/2025

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho não admitiu recurso de revista da Associação dos Feirantes e Vendedores Ambulantes do Estado de Goiás – AS-FEHIPPIE contra acórdão em que o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região fixou tese jurídica no julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).

[Inscrições abertas para o Seminário Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/05/2025

Com o tema “Para além de 2025: Desafios do presente e perspectivas futuras”, o Seminário Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil será realizado no dia 25 de junho, em Belém, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP). As inscrições podem ser feitas até 16 de junho e as vagas presenciais são limitadas. No entanto, quem não puder participar presencialmente, poderá acompanhar a transmissão, ao vivo, pelo canal do TRT-8 (PA/AP) no YouTube. Participe! Acesso o [formulário de inscrição](#).

[Empresa de calçados é condenada a criar programa de vigilância epidemiológica para empregados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/05/2025

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou decisão de segunda instância e acolheu recurso do Ministério Público do Trabalho (MPT) para condenar a Calçados Ramarim Ltda., de Nova Hartz (RS), a implantar Programa de Vigilância Epidemiológica para detecção precoce de casos de doenças relacionadas ao trabalho.

[Novas regras de contagem de prazos processuais entram em vigor na sexta-feira \(16\)](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/05/2025

A partir de 16 de maio, todos os prazos processuais serão contados com base exclusivamente nas publicações no [Domicílio Judicial Eletrônico](#) ou no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), plataformas oficiais para a publicação de atos judiciais do Poder Judiciário. De acordo com as regras previstas na [Resolução CNJ nº 569/2024](#), todos os tribunais devem se integrar aos serviços até 15 de maio. A lista das instituições que já concluíram a integração está disponível no portal Jus.Br.

Notícias do Executivo

[Trabalhadores vão poder portar sua dívida dentro do Crédito do Trabalhador](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/05/2025

A partir desta sexta-feira (16), os trabalhadores formais que têm um empréstimo de um crédito pessoal sem garantias vão poder renegociar sua dívida utilizando a portabilidade para outra instituição financeira. A portabilidade permite que o trabalhador migre a sua dívida antiga para uma instituição financeira habilitada pelo programa que ofereça taxas de juros mais baixas. O trabalhador, porém, terá que procurar o banco, pois essa troca não poderá ser feita ainda pela Carteira do Trabalho Digital. No dia 6 de junho, poderá ocorrer a troca de dívida de todos os empréstimos do Crédito do Trabalhador e do consignado de convênio.

[Pejotização é tema de audiência no Ministério do Trabalho e Emprego](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/05/2025

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu na manhã desta quarta-feira (14) um grupo de representantes da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat). O encontro teve como pauta central o “Tema 1389”, do Supremo Tribunal Federal (STF), que trata de recurso extraordinário sobre a constitucionalidade da contratação de trabalhadores como autônomos ou pessoas jurídicas, com base no entendimento firmado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324.

[Grupo Móvel do MTE completa 30 anos na Luta Contra o Trabalho Escravo](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/05/2025

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), coordenado pela auditoria-fiscal do

Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), completa 30 anos de atuação nesta quarta-feira, 15 de maio. Consolidado como uma das principais políticas públicas de enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão o GEFM já realizou, desde sua criação em 1995, mais de 8 mil operações, que resultaram no resgate de mais de 66 mil trabalhadores submetidos a condições degradantes, jornadas exaustivas, servidão por dívida e outras formas contemporâneas de escravidão.

[Luiz Marinho e Geraldo Alckmin discutem programas do MTE e MDIC](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/05/2025

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, teve encontro na tarde desta terça-feira (13) com o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Na oportunidade, os ministros conversaram sobre assuntos do MTE com interface com o MDIC, como o PLP 12, que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte de passageiros em veículos 4 rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária, entre outros direitos e que tramita na Câmara dos Deputados. Os ministros também discutiram a situação dos motociclistas que trabalham como entregadores de aplicativos e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

[Aprendizagem Profissional tem melhor desempenho da história com estoque de março alcançando 646.407 aprendizes empregados](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/05/2025

O estoque de jovens no mercado de trabalho por meio da Aprendizagem Profissional chegou a 646.407 em março deste ano, o maior número de contratos desde que a Lei 10.907 entrou em vigor em 2000. Os dados são do Novo Caged de março, divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em comparação a março de 2024, quando o estoque de aprendizes era de 586.164 jovens, o crescimento foi de 10,28%.

[Curso aborda intervenção sobre fatores psicossociais para prevenir adoecimento mental relacionado ao trabalho](#)

Fundacentro - 12/05/2025

A Fundacentro está com inscrições abertas até 10h do dia 22 de maio para o curso “Ergonomia no Enfrentamento dos Fatores Psicossociais do Trabalho”, que acontecerá nos dias 22 e 23 de maio, das 14h às 18h. É possível participar presencialmente no auditório da instituição, localizada à rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – São Paulo – SP, ou on-line, pela plataforma Moodle da Fundacentro. Em ambos os casos haverá emissão de certificados. Também haverá transmissão ao vivo pelo canal da Fundacentro no YouTube, nos links de cada dia: 22 de maio e 23 de maio. Nesse caso, não é preciso inscrever-se e não haverá emissão de certificado.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Atos antissindiciais é o tema da nova edição da HQ MPT em Quadrinhos](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/05/2025

A nova edição da HQ MPT em Quadrinhos aborda atos antissindiciais e mostra como eles afetam os direitos de trabalhadores. O lançamento da revista integra as ações do Maio Lilás 2025, campanha que busca promover diálogo social e conscientizar sobre a importância da participação da categoria na defesa de seus direitos. [Acesse a HQ.](#)

[“Não tem indenização que pague a desestrutura na vida de uma pessoa vítima de assédio”, afirma procurador do MPT-SE](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/05/2025

Assédio moral e sexual no ambiente do trabalho foi o tema da edição desta semana do podcast OAB em Pauta. O procurador do Trabalho Ricardo Carneiro foi um dos entrevistados e destacou a atuação do Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE) diante dos casos e a gravidade dessas práticas. “Não tem indenização que pague a desestrutura na vida de uma pessoa que é vítima de assédio. O ano de 2024 foi recordista em número de denúncias no MPT-SE. Desse total, quase 21% correspondem a casos de assédio moral e sexual”, explicou o procurador.

[Justiça do Trabalho condena empresa da área de saúde por falta de proteção a trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/05/2025

A Justiça do Trabalho de Brasília (DF) condenou a empresa Prime Home Care Assistência Médica Domiciliar Ltda. por descumprimento de normas de saúde e segurança do Trabalho. A decisão atende a pedido do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF) em ação civil pública. O MPT-DF apurou que a empresa não forneceu Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e não adequou seus Programas de Gerenciamento de Riscos (PGR) e de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) frente às normas de saúde e segurança durante a pandemia.

[MPT-SE discute inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/05/2025

Justiça do Trabalho em perspectiva. Esse foi o tema do workshop realizado, nesta quinta-feira (15), no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT/SE), em Aracaju. O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE), Márcio Amazonas, e o procurador do Trabalho Ricardo Carneiro participaram do evento, com a presença de servidores, advogados e estudantes.

[MPT alerta na Câmara sobre naturalização de acidentes do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/05/2025

Em audiência pública realizada nesta terça-feira (13), na Câmara dos Deputados, o Ministério Público do Trabalho (MPT) alertou sobre a naturalização de acidentes do trabalho no Brasil. Realizado na Comissão de Trabalho da Casa, o debate discutiu medidas de promoção de trabalho digno, sustentável, seguro e saudável.

[Procuradora do Trabalho defende adoção de ações preventivas contra trabalho escravo](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/05/2025

As reformas que flexibilizaram a legislação social e trabalhista – ataques diretos aos direitos dos trabalhadores – e a ausência de ações preventivas foram apontados pela procuradora do Trabalho Melina de Sousa Fiorini e Schulze como fatores que impedem ações efetivas para erradicação do trabalho semelhante ao de escravo no país. Ela representou o Ministério Público do Trabalho (MPT), em 13.5, na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados que discutiu a ocorrência de trabalho escravo na região Sul de Minas Gerais.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Investigação de acidente de trabalho feita por AFT leva à assinatura de TAC entre empresas e MPT, após acidente fatal no Piauí](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 16/05/2025

Após a morte de dois trabalhadores, ocorrida em setembro de 2022 durante uma obra na Fazenda Novas Unificadas, em Santa Filomena, a 539 quilômetros de Teresina, no Piauí, cinco empresas responsabilizadas pelo acidente de trabalho firmaram junto ao Ministério Público do Trabalho do Piauí (MPT-PI) um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O termo é embasado pela investigação do acidente de trabalho feita pelo Auditor Fiscal do Trabalho Robson Waldec Silva. O TAC foi firmado por constatar que as irregularidades provocaram o acidente e a morte dos trabalhadores, e para evitar novos acidentes. O documento traz uma série de responsabilizações coletivas para as empresas. Além de terem que arcar com o pagamento de R\$ 230 mil, a título de indenização por danos morais coletivos.

Outras Notícias

[Disponibilizadas novas naturezas de rubrica relacionadas ao programa Crédito do Trabalhador e à assistência médica e odontológica](#)

eSocial - 17/05/2025

Estão disponíveis em produção, na Tabela 03 – Natureza das Rubricas da Folha de Pagamento, as novas naturezas de rubrica cod. 9253 e 9912. A natureza cód. 9253 - “Empréstimos e Consignado - desconto” é destinada ao registro de descontos referentes ao empréstimo consignado do programa Crédito do Trabalhador. Com esta publicação, as empresas já podem cadastrar suas rubricas específicas para efetuar o desconto do empréstimo consignado no eSocial. Apesar da disponibilização imediata, a aplicação dessas rubricas com natureza 9253 em eventos remuneratórios só será permitida para períodos de apuração a partir de maio de 2025. Ou seja, os descontos só poderão ser processados em folhas de pagamento com períodos de apuração a partir de maio.

[Empresa é condenada por dispensa de auxiliar de cozinha com HIV](#)

Consultor Jurídico - 17/05/2025

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) manteve a condenação de empresa prestadora de serviços terceirizados por dispensa discriminatória de uma trabalhadora com diagnóstico de HIV e doença em estágio avançado. A decisão considerou que a demissão, ocorrida logo após a alta previdenciária da empregada, violou o princípio da dignidade da pessoa humana e teve motivação discriminatória.

[Empregada que faltou para acompanhar filho tem descontos salariais restituídos](#)

Consultor Jurídico - 17/05/2025

Em recente julgamento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB) reconheceu a ilegalidade dos descontos salariais efetuados pelo empregador em decorrência de faltas da empregada para acompanhar filho menor internado. No caso em questão, a empregada teve descontos em seu salário de R\$ 665,28 e R\$ 166,32.

[Para TRT-2, só há acúmulo de função se atividade for incompatível com o cargo](#)

Consultor Jurídico - 17/05/2025

O acúmulo de função só deve ser considerado se houver prova de que a atividade é incompatível com o cargo. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e Baixada Santista), negou o pagamento de acúmulo de tarefas e horas extras a um cuidador. O empregado ajuizou uma ação contra o centro terapêutico em que trabalhava, alegando que era obrigado a fazer serviços que iam além de sua função.

[Vigilante será indenizado por trabalhar em carro-forte sem ar-condicionado](#)

Consultor Jurídico - 17/05/2025

A 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), por unanimidade, condenou uma empresa de segurança e transporte de valores a pagar indenização por danos morais de R\$ 5 mil a um ex-empregado submetido a condições de trabalho inadequadas. Foi dado provimento ao recurso do trabalhador, nesse aspecto, para modificar sentença oriunda da 6ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, que havia negado o pedido de reparação.

[Aumento da judicialização do assédio moral exige que empresas monitorem melhor riscos psicossociais](#)

Consultor Jurídico - 16/05/2025

Dados do Ministério da Previdência Social recentemente publicados indicam que, em 2024, o país registrou o maior número de afastamentos por transtornos mentais em uma década, com 472 mil licenças concedidas, aproximadamente 67% a mais

que no ano anterior. Os números lançam luz sobre um tema de extrema relevância: o assédio moral em ambiente de trabalho.

[TRT-15 cita conluio e condena trabalhadora, advogado e empresa por litigância abusiva](#)

Consultor Jurídico - 16/05/2025

A 9ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) condenou solidariamente uma trabalhadora, seu advogado e uma empresa prestadora de serviços a pagar multa no valor de 2% da causa do processo pela prática de litigância abusiva (artigo 1º, caput da Recomendação/CNJ n. 159/2024) e advocacia predatória (Nota Técnica TRT-15 n. 01/2024).

[Papel dos sindicatos e das Cipas na defesa da saúde dos trabalhadores](#)

Consultor Jurídico - 16/05/2025

As principais causas dos acidentes de trabalho no Brasil são recorrentes e, em muitos casos, evitáveis. São elas: quedas de altura por falta de proteção adequada, contato com eletricidade e equipamentos energizado, exaustão física e mental em jornadas excessivas e pelo cumprimento de metas excessivas, ausência de medidas coletivas preventivas, uso incorreto ou ausência de EPIs e falhas em treinamentos e na sinalização de riscos, entre outros fatores.

[Pausa para almoço na primeira hora de trabalho desvirtua finalidade do intervalo](#)

Consultor Jurídico - 16/05/2025

Os julgadores da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), por unanimidade, reconheceram que a concessão da pausa para refeição logo na primeira hora de trabalho desvirtua a finalidade do intervalo intrajornada e equivale à sua supressão. Na decisão, de relatoria do desembargador César Machado, ficou esclarecido que, além da alimentação, o intervalo tem o objetivo de possibilitar a interrupção das atividades de trabalho para recuperação física e mental do empregado.

[Empresa não precisa pagar adicional de periculosidade por uso de moto](#)

Consultor Jurídico - 15/05/2025

Com o fundamento de que a suspensão de uma portaria ministerial desobrigou o pagamento da compensação, o juiz substituto Inaldo Andre Tercas Santos, da 7ª Vara do Trabalho de São Luís, negou o pedido de adicional de periculosidade feito por um trabalhador que usou motocicleta para desempenhar suas atividades como empregado de uma distribuidora de bebidas.

[Repouso semanal deve ser dado depois de, no máximo, 6 dias de trabalho, decide TRT-3](#)

Consultor Jurídico - 15/05/2025

A 10ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) manteve, por unanimidade, condenação de uma mineradora a pagar, em dobro, os repouso semanais remunerados concedidos de forma irregular a um ex-empregado. A decisão, de relatoria da juíza convocada Ângela Castilho Rogêdo Ribeiro, baseou-se no artigo 7º, inciso XV, da Constituição Federal, e na Orientação Jurisprudencial (OJ) 410 do Tribunal Superior do Trabalho.

[Exigência de antecedentes criminais para emprego é discriminatória](#)

Consultor Jurídico - 15/05/2025

A exigência de antecedentes criminais para a contratação em um emprego não é legítima, exceto quando se justifica por previsão em lei. Com esse entendimento, o juiz Maurício Mazur, da 2ª Vara do Trabalho de Apucarana (PR), condenou uma empresa a pagar R\$ 50 mil em indenização por danos morais a um homem que foi dispensado por ter uma condenação criminal prévia.

[Há novo prazo para a entrega de documentos que atestem a rescisão trabalhista?](#)

Consultor Jurídico - 15/05/2025

Uma dúvida corriqueira que surge nas empresas, bem como para os trabalhadores, refere-se ao prazo para entrega da documentação devida no momento da extinção do contrato de trabalho que comprove a comunicação da cessação contratual junto aos órgãos competentes. Isso porque, como se sabe, o artigo 477 da CLT traz algumas obrigações a serem observadas pelos empregadores no término da relação contratual, sob pena de multa.

[TST permite penhorar até 50% dos salários de sócios para execução](#)

Consultor Jurídico - 14/05/2025

A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho autorizou a penhora de salários, no limite de 50%, de sócios de empresa executada para pagamento de dívida trabalhista. Contudo, o colegiado decidiu que quem vai fixar o percentual da penhora será o tribunal regional, atendendo aos critérios estabelecidos pelo colegiado do TST, que, além de estabelecer o limite legal de 50%, também vedou reduzir os ganhos mensais dos executados a valores inferiores ao salário mínimo.

[Dos graves riscos no julgamento do Tema 1.389 contra a Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 14/05/2025

Inicie-se pelo começo, como sugere o coelho da Alice (no País das Maravilhas): a competência da Justiça do Trabalho foi ampliada em 2004 (Emenda 45) e o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal exercitaram-se com afincos para reduzi-la, reescrevendo a Constituição. A nova redação da Carta Política afastou a regra anterior de limitar a apreciação das causas entre empregado e empregador, para abranger as lides decorrentes da relação de trabalho (gênero de que emprego é espécie).

[Trabalhadora será indenizada por ter de mudar de função após gravidez](#)

Consultor Jurídico - 13/05/2025

A 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) condenou uma empresa ao pagamento de R\$ 10 mil, a título de danos morais, a uma trabalhadora que sofreu assédio durante a gravidez. A empregada também obteve a rescisão indireta do contrato de trabalho, além de indenização pelo período de estabilidade gestacional.

[Empregada transexual não reconhecida por nome social será indenizada](#)

Consultor Jurídico - 12/05/2025

A 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa de teleatendimento a indenizar em R\$10 mil uma empregada transexual por conduta discriminatória.

[Obrigar funcionário a usar foto sem camisa em crachá gera dano moral](#)

Consultor Jurídico - 12/05/2025

Obrigar um empregado a posar para fotos que insinuam nudez e utilizar essas imagens no crachá corporativo, assinatura de e-mail, palestras em eventos e na comunicação com clientes caracteriza ofensa à sua dignidade e gera dano moral indenizável. Esse foi o entendimento do juiz Renato Ornellas Baldini, da 33ª Vara do Trabalho de São Paulo, para condenar um banco a indenizar um trabalhador que foi obrigado a tirar uma foto sem camisa, insinuando nudez, para ser utilizada em seu crachá e em outras comunicações profissionais.

[Hospital indenizará copeiro vítima de homofobia: “gay da noite”](#)

Migalhas - 18/05/2025

Copeiro que prestava serviços em hospital será indenizado em R\$ 30 mil por danos morais após sofrer ataques homofóbicos de colegas de trabalho. A decisão é da juíza do Trabalho Rachel Albuquerque de Medeiros Mello, da 16ª vara de Porto Alegre/RS, que reconheceu a omissão da empresa quanto à obrigação de proteger a integridade emocional e psicológica de seus empregados.

[Empregada vítima de comentário racista por ser cotista será indenizada](#)

Migalhas - 17/05/2025

Empresa do setor alimentício foi condenada a pagar indenização de R\$ 25 mil a uma atendente de loja vítima de discriminação racial no ambiente de trabalho. A funcionária sofreu tratamento ofensivo e desigual por parte de uma colega, que insinuou que ela havia sido contratada unicamente por meio de cotas raciais.

[Empresa é condenada por incentivar empregados a desistirem de ação sindical](#)

Migalhas - 16/05/2025

Empresa de transportes de Passo Fundo/RS foi condenada a pagar R\$ 100 mil por dano moral coletivo após incentivar empregados e ex-empregados a desistirem de ação movida pelo sindicato da categoria.

Movimentos repetitivos, posturas inadequadas e esforços intensos marcam o cotidiano de milhões de trabalhadores. Essas condições, muitas vezes negligenciadas, resultam em lesões como a tendinite, uma inflamação que afeta tendões e compromete a capacidade laboral. Conhecida também como LER/DORT (Lesão por Esforço Repetitivo/Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho), a tendinite é uma das principais causas de afastamento no Brasil. A Organização Mundial da Saúde estima que uma em cada 100 pessoas sofre com a condição.

[TST: Empresa indenizará por assédio sexual de gerente alcoolizado](#)

Migalhas - 16/05/2025

A 2ª turma do TST manteve a condenação de uma empresa de móveis de Brasília/DF ao pagamento de R\$ 12 mil a título de indenização a operadora de caixa que sofreu violência de gênero no trabalho. A trabalhadora foi vítima de assédio sexual, agressões verbais e física praticadas pelo gerente, que estava frequentemente alcoolizado.

[TRT-15 mantém justa causa e reforça que racismo não é “brincadeira”](#)

Migalhas - 14/05/2025

A 11ª câmara do TRT da 15ª região confirmou a demissão por justa causa de funcionária acusada de praticar discriminação racial contra uma colega negra. A decisão foi baseada no protocolo do CNJ para julgamento com perspectiva racial, e reconheceu a gravidade das condutas reiteradas.

[Supermercado indenizará empregada chamada de “escrava” por colega](#)

Migalhas - 13/05/2025

Supermercado de Belo Horizonte/MG foi condenado a pagar R\$ 15 mil por danos morais a trabalhadora vítima de ofensas racistas proferidas por colega dentro do ambiente de trabalho. A decisão é da 11ª turma do TRT da 3ª região, que majorou o valor por considerar grave a omissão da empresa diante da conduta discriminatória. A profissional alegou ter sido alvo de falas preconceituosas por parte de uma colega de trabalho, que não foram reprimidas pela empregadora.

[TST afasta dano moral por revezamento para uso do banheiro em fábricas](#)

Migalhas - 12/05/2025

Em recente decisão, o TST definiu que a adoção de um sistema de revezamento, com possibilidade de substituição de empregados para uso do banheiro, não configura dano moral. A decisão reforça um entendimento já consolidado no setor industrial, especialmente em empresas com linhas de produção contínuas, como é o caso das fábricas de chocolates.

[TRT-2 assina acordo de cooperação técnica em prol da saúde e segurança do trabalhador](#)

Revista Proteção - 16/05/2025

Na manhã desta sexta-feira (16/5), o TRT da 2ª Região recebeu entidades e órgãos para assinatura do termo de cooperação técnica para implementação de ações regionais voltadas ao trabalho decente e seguro. Foi também instituído o Grupo de Trabalho Interinstitucional da 2ª Região (Getrin-2) formado por representantes das instituições presentes.

[Conselho Federal de Psicologia lança edição comentada sobre riscos psicossociais no trabalho](#)

Revista Proteção - 15/05/2025

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou, no em 8 de maio, uma publicação comentada sobre o regulamento do exercício de profissionais da Psicologia na realização de avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho. A versão comentada traz apreciações de psicólogos especialistas em Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) sobre a Resolução CFP nº 14/2023.

[Em reunião tripartite, OIT apresenta o informe brasileiro sobre o simulador de investimento em políticas de cuidados](#)

Organização Internacional do Trabalho - 16/05/2025

O Simulador de Investimento em Políticas de Cuidados é uma ferramenta desenvolvida pela OIT com o objetivo de estimar as necessidades de investimento, as possibilidades de geração de emprego e o impacto sobre a igualdade de gênero de diferentes políticas, como por exemplo, a licença remunerada relacionada à assistência à infância (maternidade, paternidade e parental), pausas para amamentação, serviços de cuidados e educação na primeira infância e serviços de cuidados a longo prazo, dentre outras.

[OIT lançará novo índice abrangente acerca do impacto da IA generativa sobre os empregos em todo o mundo](#)

Organização Internacional do Trabalho - 16/05/2025

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicará o relatório “IA Generativa e Empregos: Um Índice Global Refinado sobre Exposição Ocupacional” (Generative AI and Jobs: A Refined Global Index of Occupational Exposure) na terça-feira, 20 de maio de 2025. O índice oferece uma visão geral sobre como a Inteligência Artificial (IA) pode transformar ocupações e empregos em diferentes países, com base em dados, validação de especialistas e análise assistida por IA.

[ONU pede ação mais rápida contra o trabalho infantil enquanto o mundo não alcança a meta de acabar com essa prática até 2025](#)

Organização Internacional do Trabalho - 15/05/2025

O mundo precisa intensificar os esforços para erradicar o trabalho infantil em todas as suas formas, afirmou a ONU durante a reunião “Infância com Dignidade”, realizada nesta terça-feira. Embora tenha havido avanços no combate a essa violação de direitos – são 86 milhões de crianças a menos em situação de trabalho infantil do que em 2000, quando os registros começaram – os países não cumpriram o compromisso coletivo de acabar com essa prática até 2025.

[Seconci-DF: Saúde da mulher na construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/05/2025

As trabalhadoras da construção que atuam no Distrito Federal contam agora com acesso ao serviço médico ginecológico gratuito oferecido pelo Serviço Social da

Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Seconci-DF). No primeiro dia de atendimento, realizado em 14 de maio, foram cerca de 20 trabalhadoras atendidas e, a partir de agora, o serviço está disponível uma vez por semana.

[Talabarte de segurança para trabalhos em altura](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 13/05/2025

Os talabartes de segurança são conectores temporários que atuam junto aos pontos de ancoragem. Pelo design funcional, permitem que os trabalhadores se mantenham conectados a um ponto específico. Eles são fabricados com materiais flexíveis, resistentes, fáceis de usar e supervisionar, podendo ter, inclusive, absorvedor de impacto integrado.

[Campanha Abril do Seconci-DF bate recorde com mais de 3,6 mil trabalhadores alcançados](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 12/05/2025

O Serviço Social da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Seconci-DF) encerrou a campanha Abril Verde de 2025 com resultados expressivos e recordes históricos. Ao longo do mês, a instituição promoveu 36 palestras educativas, que alcançaram 3.613 trabalhadores da construção civil, reforçando a importância da saúde, segurança e prevenção de acidentes nos canteiros de obras.

Atos Normativos

[PORTARIA MTE N° 680, DE 9 DE MAIO DE 2025](#) (DOU de 12/05/2025 Seção I Pág. 216)

- Institui Grupo de Trabalho tripartite paritário para realizar diagnósticos, avaliar as normas infralegais trabalhistas vigentes e propor medidas acerca do trabalho de instalação e manutenção de infraestrutura de telecomunicações;

[PORTARIA SRTE-DF-GABIN/MTE N° 748, DE 12 DE MAIO DE 2025](#) (DOU de 13/05/2025

Seção I Pág. 90) - Altera o Inciso IV do Art. 1º da PORTARIA SRTE-DF-GABIN/MTE N° 268, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025, que torna público data, horário, locais e links de inscrição, para realização da 4ª Conferência Distrital de ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: “Construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação” e convoca as Conferências Locais preparatórias e Distrital;

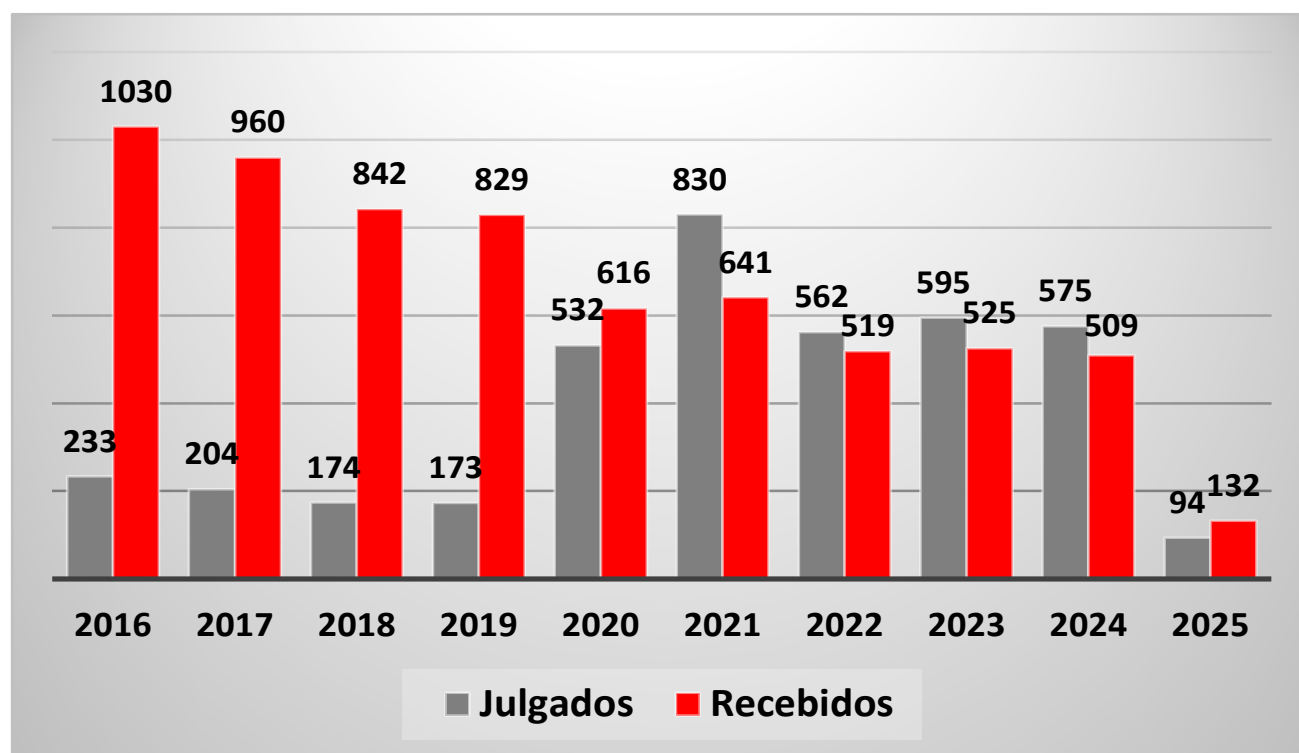
[PORTARIA MTE N° 765, DE 15 DE MAIO DE 2025](#) (DOU de 16/05/2025 Seção I Pág. 87)

- Prorroga o prazo de início de vigência da nova redação do capítulo “1.5 Gerenciamento de riscos ocupacionais” da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Dissídios Coletivos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho (TRTs e TST) no período de 2016 a 2025 (março):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula